

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE

CNPJ nº 61.600.839/0001-55

Relatório da Administração

Centro de Integração Empresa Escola - CIEE é uma associação filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, beneficente de assistência social, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de CEBAS (possui certificação válida, uma vez que realizou protocolo tempestivo do processo de renovação sob o nº 308796.1081530/2024, junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, em 13/11/2024. O processo anterior foi deferido para o período de 01/01/2021 até 31/12/2024 e publicado no D.O.U em 25/05/2022. A regularidade da certificação da entidade até o julgamento do processo de renovação

tempestivamente protocolado está fundamentada nos termos do artigo 37, § 2º da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021), reconhecida de utilidade pública, tendo como objetivos de relevância pública e social, nos termos do inciso III do artigo 203 da Constituição Federal, a promoção da integração ao mercado ou mundo do trabalho e a prestação de serviços na área de assistência social.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Membros: De acordo com as disposições legais, cumprimos o grato dever de apresentar a V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal e o Parecer dos Auditores

patrimonial

(543)

do exercício

2.481

(3.001)

3.001

Total

298.867

(3.001)

Independentes, referentes aos exercícios sociais de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 e 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024. As demonstrações que se seguem representam a situação patrimonial e o resultado das operações do CIEE - SP através das Unidades de Operação nos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe e Tocantins. O Conselho de Administração está à disposição dos Senhores Membros para quaisquer outras informações desejadas.

Conselho de Administração

Oonsello de Admin	ısıruşu	•							
Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
	Nota	2024	2023						
Receitas operacionais Assistência social	11014								
Contribuição institucional - atividade apre	ndiz	200.368	180.489						
Contribuição institucional - atividade está	gio	100.154	97.737						
Outras receitas com partes relacionadas		4.035	3.816						
Outras receitas operacionais		19.793	9.315						
Total de receita das atividades	18	324.350	291.357						
Trabalho voluntário	3.n	5.416	5.167						
Imunidade usufruída	20	61.900	58.972						
Total de receitas operacionais		391.666	355.496						
Custos e despesas operacionais		031.000	000.400						
Assistência social									
Programa jovem aprendiz									
CIEE - Socioaprendizagem	19	(116.618)	(152.324)						
Programa de Formação									
Técnico-Profissional Metódica	19	(7.883)	(6.914)						
Programa de estágio	19	(67.251)	(43.780)						
Ações de apoio à inserção e integração									
ao mundo do trabalho	19	(3.181)	(3.641)						
Serviço de convivência e		(/	(/						
fortalecimento de vínculos	19	(4.793)	(4.969)						
Despesas gerais e administrativas	19	(109.412)	(87.601)						
Trabalho voluntário	3.n	(5.416)	(5.167)						
Imunidade usufruída	20	(61.900)	(58.972)						
illullidade usullulda	20	(376.454)	(363.368)						
Outras receitas, líquidas		(370.434)	6.271						
			0.271						
Superávit/(déficit) do exercício antes das		45.040	(4.004)						
receitas(despesas) financeiras líquidas		15.212	(1.601)						
Receitas financeiras		11.192	7.859						
Despesas financeiras		(2.141)	(1.853)						
Resultado financeiro líquido		9.051	6.006						
Superávit/(déficit) do exercício a ser									
destinado ao patrimônio social		24.263	4.405						
As notas explicativas são parte integrante d	as dem	onstrações	financeiras						
Demonstração do resultado abrangei	nte - Ex	ercícios fin	dos em						
31 de dezembro de 2024 e 2023 (l									
		2024	2023						
Superávit do exercício		24.263	4.405						
Outros componentes do resultado abrangei	nte:								
Ganho/(Perda) na remensuração do									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em

(3.001)

25.515

passivo de benefício definido

Resultado abrangente total

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em m	ilhares	de reais	(a)
	Nota	2024	2023
·luxos de caixa das atividades operacionais Superávit/(Déficit) do exercício Ajustes por:		24.263	4.405
Depreciação e amortização Depreciação do direito de uso Provisão/reversão para contingências Provisão/reversão para perdas estimadas	9/10 11 14	15.826 3.784 8.157	17.067 3.905 (657)
de crédito de liquidação duvidosa Valor residual do ativo imobilizado baixado Valor residual do ativo intangível baixado Resultado na baixa de arrendamentos Juros sobre passivo de arrendamento	6 9 10 11	1.906 2.606 - (7) 301	2.445 884 400 (14) 328
Julios sobre passivo de arrendamento		56.836	28.763
/ariações nos ativos e passivos (Aumento)/redução nos ativos em			
Bolsa auxílio a receber Contribuição institucional a receber Contas a receber - partes relacionadas Aplicações financeiras Depósitos judiciais Ativos não circulantes mantidos para venda	5 6 15 4 14 7	(17.350) 3.417 (3.488) (4.968) 9 (949)	7.504 (1.257) (86) (929) (22) 11.357
Outros ativos Aumento/(redução) nos passivos em		15.522	(21.720)
Fornecedores Bolsa-auxílio a pagar	5	1.568 142	1.523 15.332
Salários, férias e encargos	12	5.800	403
Contas a pagar sistema nacional Outras contas a pagar	15	(38) 466	(45) 2.330
Pagamento de contingências Fluxo de caixa líquido proveniente das	14	(6.011) (5.880)	(383 <u>)</u> 14.007
(aplicado nas) atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimentos		50.956	42.770
Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de intangível	9 10	(5.230) (3.735)	(7.627) (4.417)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(8.965)	(12.044)
Pagamento de empréstimos Pagamento de passivo de	13	(1.669)	(2.274)
arrendamento (principal e juros)	11	(4.100)	(4.299)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores, outras contas a pagar, salários, férias e encargos sociais, bolsa auxílio e arrendamento mercantil. iii) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. iv) Instrumentos financeiros derivativos: A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2023 e 2022 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluin-

do operações de hedge. c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e

Caixa líquido(utilizado nas) atividades

emonstração da redução do

caixa e equivalentes de caixa

(Aumento)/redução de caixa e equivalentes de caixa

Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro

Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro

de financiamento

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023		
Ativo				Passivo					
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	101.358	65.136	Fornecedores		5.948	4.380		
Aplicações financeiras	4	4.553	2.559	Empréstimos	13	2.513	2.000		
Bolsa-auxílio a receber - estágio	5	37.439	20.089	Salários, férias e encargos sociais	12	37.334	31.534		
Contribuição institucional a receber	6	60.629	65.952	Bolsa-auxílio a pagar - estágio	5	53.208	53.066		
Contas receber - partes relacionadas	15	707	319	Contas a pagar - partes relacionadas	15	125	163		
Estoques		323	337	Passivo de arrendamento	11	2.615	2.729		
Despesas antecipadas		8.791	6.185	Receitas a realizar	11	960	745		
Adiantamentos diversos		2.121	1.972						
Outras contas a receber		3.995	9.892	Outras contas a pagar		3.296	3.178		
	_	<u>219.916</u>	172.441	NIT - I - I - I		105.999	97.795		
Ativos não circulantes mantidos para venda	7	-	16.075	Não circulante			. ===		
Não circulante				Empréstimos	13	2.544	4.726		
Realizável a longo prazo	4	00.044	00.007	Plano de benefício pós-emprego	16	6.406	7.658		
Aplicações financeiras	4	29.041	26.067	Provisão para contingências	14	3.403	1.257		
Depósitos judiciais	14	475	484	Passivo de arrendamento	11	1.140	1.967		
Cauções	15	835	895	Outras contas a pagar		2.728	2.907		
Contas a receber - partes relacionadas	15	3.100 33.451	27.446	Receitas a realizar		312			
Propriedade para investimentos	8	5.128	1.359			16.533	18.515		
Investimentos	0	472	472	Patrimônio líquido	17				
Imobilizado	9	127.826	132.232	Patrimônio social		285.910	269.887		
Direito de uso	11	3.546	4.465	Ajuste de avaliação patrimonial		15.613	25.979		
Intangível	10	57.979	62.091	Superávit do exercício		24.263	4.405		
mangiver	10	194.951	200.619			325.786	300.271		
Total do ativo		448.318	416.581	Total do passivo e patrimônio líquido		448.318	416.581		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
				findos em 31 de dezembro de 2024 e 20	23 (Em milh	ares de re	ais)		
		-		Patrimônio Ajuste de avaliação	Superávit	/(déficit)			
				Ajuste de avallação	Superavia	(4011011)			

4.405 4.405 Saldos em 31 de dezembro de 2023 269.887 25.979 4.405 Incorporação do superávit 4.405 (4.405)(10.366)Realização da reserva de reavaliação 10.366 Ganho na remensuração do passivo de benefício definido 1.252 1.252 Transferência da remensuração de passivo de benefício definido 1.252 (1.252)24.263 24.263 Saldos em 31 de dezembro de 2024 285.910 15.613 24.263 325.786

social

274.826

(2.481)

(3.001)

543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

do, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, beneficente de assistência social, reconhecida de utilidade pública. O CIEE tem objetivos de relevância pública e social, nos termos do inciso III do artigo 203 da Constituição Federal, como a promoção da integração ao mercado de trabalho e a prestação de serviços na área de assistência social, dos quais se destacam: (i) a assistência ao adolescente e à educação profissional na realiza-

1. Contexto operacional: O Centro de Integração Empresa - Escola -

CIEE ("Entidade" ou "CIEE") é uma associação filantrópica de direito priva-

Saldos em 01 de janeiro de 2023

Realização da reserva de reavaliação

Perda na remensuração do passivo de benefício definido

Transferência da remensuração de passivo de benefício definido

Incorporação do déficit

Superávit do exercício

Superávit do exercício

ção de programas de aprendizagem; (ii) ações socioassistenciais de proteção social com foco na integração ao mundo do trabalho, envolvendo atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos; (iii) a promoção do estágio, atuando como agente de integração, na forma da legislação aplicável, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho; (iv) o incremento da cultura, da educação, da ciência, das artes, do lazer e do esporte e desporto; e (v) a defesa e difusão da ética, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais. O CIEE, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços e executa programas e projetos voltados para defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos. O Programa de Estágio de Estudantes, na sua administração, é regido pela legislação de estágio em vigor (Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008), enquanto o Programa Jovem Aprendiz CIEE - Socioaprendizagem está fundamentado por meio da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como a Lei da Aprendizagem, bem como na Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 12.852/13 - Estatuto da Juventude, Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei Complementar nº 187, de 16 dezembro de 2021 (revogou a Lei 12.101/09), Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023 (revogou o Decreto 8.242/14), Resolução CNAS nº 33/2011 e Nota Técnica nº 02 2017/DRSP/SNAS/MDS. O Programa de Formação Técnico-Profissional Metódica tem como base a portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.544/2023 e o artigo 430 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV apresenta como instrumentos norteadores a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a Resolução CNAS nº 109/2011, bem como as Ações de Apoio e Integração ao Mundo do Trabalho, além da Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e da Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, estão amparadas nos termos da Resolução CNAS nº 33/2011. a) Fonte de recursos: tribuições do quadro de membros cooperadores, bem como de parcerias operacionais, firmadas com empresas e com órgãos públicos. O número de organizações/filiais parceiras com estagiários ativos em 31 de dezembro de 2024 era de 27.696 (29.129 em 31 de dezembro de 2023). No programa aprendiz, o número de organizações parceiras com aprendizes ativos em 31 de dezembro de 2024 era de 23.072 (20.782 em 31 de dezembro de 2023). b) Sistema Nacional CIEE: Constituído pelos CIEE's estaduais autônomos dos Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo. Por serem associações autônomas, as operações dos CIEE's estaduais autônomos não estão registradas nas demonstrações financeiras aqui apresentadas, constando somente as operações do CIEE São Paulo. 2. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002(R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros". A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2025. a) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as

informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas

para milhar, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas

e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração

faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 3.f vida útil do ativo imobilizado; • Nota 6 - perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • Nota 14 - provisão para contingências; e • Nota 21 mensuração de instrumentos financeiros. d) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de V mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota explicativa nº 21 de Instrumentos Financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em de talhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Direito de uso: O ativo denominado direito de uso é o correspondente àquele que representa o direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade. b) Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. To dos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao nial: o ao V.IR dade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJO-RA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. <u>Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)</u>. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. *Custo amortizado*: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), as contas bolsa auxílio a receber (Nota 5), contribuição institucional a receber (Nota 6) e outras contas a receber. Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como

LUZ (11) 3121-5555

mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é

(5.769) (6.573)

36.222 24.153

65.136 40.983

101.358 65.136

24.153

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

to e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizadas na quitação de obrigações de curto prazo. d) Bolsa - auxílio a receber e contribuição institucional a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber junto às empresas e órgãos públicos convenentes para repasse posterior aos estagiários atendidos pelo CIEE, no caso da bolsa-auxílio, e às contribuições destinadas ao CIEE pelas organizações convenentes para estágio e programa aprendiz, no caso da contribuição institucional. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Entidade não registrou o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. e) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada. O valor líquido de realização é o preço de custo. O estoque é composto por itens de consumo (almoxarifado). f) Ativo imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, exceto os bens recebidos em doação que são mensurados ao valor justo, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acu muladas, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. O software comprado, que é parte integrante da funciona lidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos e obras em andamento não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguin-

Edificações 27 a 60 anos Instalações e Móveis e utensílios 10 anos Computadores e periféricos e Veículos 5 anos 1-10 anos Benfeitorias em imóveis de terceiros

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são re vistos a cada encerramento de balanço e ajustados caso seja apropriado. g) Propriedade para investimentos: As propriedades para investimentos correspondem a terrenos e edifícios mantidas para obtenção de rendimentos ou valorização do capital. As propriedades para investimentos representadas por imóveis destinados a renda, os quais estão demonstrados e contabilizados pelo valor de custo e conforme preconiza a norma contábil está sendo divulgado a seu valor justo. h) Ativos Intangíveis: Ativos intangí veis com vida útil definida adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil definida são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil do ativo intangível foi estimada em 15 anos, com amortização linear. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa com amortização consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Compreendem ainda o saldo do intangível, os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. O prazo de amortização, do direito de uso de software é de 3 a 15 anos e de direitos autorais é de 3 a 10 anos. Pesquisa e desenvolvimento: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Entidade tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capi talizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. i) Operações de arrendamento mercantil: A Entidade adotou o CPC 06(R2) - Operações de arrendamento mercantil utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, que não impacta em superávit acumulado (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. O montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar trazido ao valor presente. No início de um contrato, a Entidade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Entidade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) - Operações de arrendamento mercantil. Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Entidade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Entidade optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arren damento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela

taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser

determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Enti-

dade. Geralmente, a Entidade usa sua taxa incremental sobre empréstimo

equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimen- como taxa de desconto. A Entidade determina sua taxa incremental sobre econômicos e beneficente de assistência social, realiza ações socioassisempréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e . Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início. • Valores que se espera que seiam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento;e • O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Entidade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Entidade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Como arrendatário: No período comparativo, como arrendatário, a Entidade classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade. Os pagamentos efetuados referente aos arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. j) Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro não mensurado valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. k) Provisões e passivos circulantes e não circulantes: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acresciquando aplicável dos correspondentes encargos, monetárias incorridas até a data do balanco patrimonial. I) Reconhecimento das receitas operacionais: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas operacio nais são reconhecidas quando existem evidências convincentes de que: os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, os custos associados e a possível glosa do servico possam ser estimados de maneira confiável, ou seja, as receitas da Entidade são determinadas em contrato e reconhecidas mensalmente a partir do início dos programas de estágio e de aprendizagem nas organizações par ceiras. A cobrança dessa contribuição institucional está vinculada ao início e término do contrato de cada estagiário ou aprendiz, alocado nas organizações conveniadas. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. m) Outras receitas: São provenientes substancialmente de ressarcimentos relacionados à administração de apólices de seguros locações de imóveis, contribuições institucionais decorrentes de parcerias e participações em feiras e doações, que são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência. n) Receitas com trabalhos dos Fluxos voluntários: Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002(R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com traba-4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: lhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da adminis tração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida às despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 a Entidade registrou o montante de R\$5.416 referente a trabalhos voluntários (R\$5.166 em 31 de dezembro de 2023). o) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias e despesas com juros. p) Apuração do superávit do exercício: O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência. O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002(R1). q) Benefícios a empregados: Planos de benefício definido: A obrigação líquida da Entidade para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisque ativos do plano. A Entidade mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais cuja Lei nº 9.656/98, da Agência Nacional de Saúde Suplementar estabe lece, em seus Artigos 30 e 31 e seus parágrafos, regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica, para a continuidade do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições e da parte da empresa, quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica, modalidades 82717, 82718, 86409 e CORPSUPAPC, por mais de dez anos. O direito ao benefício temporário condiciona-se àqueles que se aposentam ou são desligados sem justa causa e que tenham contribuído para o plano coletivo de assistência médica, modalidades 82717, 82718, 86409 e CORPSUPAPC por menos de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios, após o desligamento, cem por cento dos custos mensais são assumidos pelos ex-empregados. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Entidade reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. r) Imunidade Usufruída: O CIEE, como

tenciais de forma gratuita, continuada, permanente e planejada para seus usuários, conforme mencionado na Nota 20. s) Gerenciamento de risco financeiro: A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez Risco de mercado. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 21. Estrutura do gerenciamento de risco: As políticas de gerencia mento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. t) Ativos não circulantes mantidos para venda: O CIEE classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recupera do, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Entidade está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classifica cão, conforme indicado na Nota 7. O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial. u) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: Não foram iden tificadas alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data que gerem impactos significativos

o ataanzagooo aao nonnao aba	no, ao ionina que nae ieram apileadae e
24 nas Demonstrações Finance	eiras:
ormas e Emendas a Normas	Alterações
PC 26 (R1): Apresentação	Alterações quanto à classificação
as demonstrações financeiras	da dívida com "covenants"
PC 03 (R2): Demonstração	
os fluxos de caixa	Alterado pelos Acordos de
PC 40: Instrumentos	financiamento de fornecedores
inanceiros: Divulgações	(Emendas à IAS 7 e à IFRS 7)
	Alterações destinadas a clarificar a
	forma como um vendedor locatário
	mede subsequentemente as
	operações de venda e de locação
PC 06 (R2): Locações.	financeira
Normas emitidas, mas ainda n	ão vigentes: As normas e interpretaçõe

novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, e que possam vir a impactar a Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor

-	NOTITIAS E		
-	Emendas a Normas	Alterações	Vigência
-	IFRS 18 Apresentação		
3	e Divulgação nas		1° de
_	Demonstrações		janeiro
1	Financeiras emitidas	Substituir a IAS 1	de 2027
		Alterada por Emendas à	
		Classificação e Mensuração de	
		Instrumentos Financeiros (Emendas	
_		à IFRS 9 e à IFRS 7) para abordar	
,	IFRS 7 Instrumentos	questões identificadas durante a	
_	Financeiros:	revisão pós-implementação dos	
	Divulgações IFRS 9	requisitos de classificação e	1° de
,	Instrumentos	mensuração da IFRS 9 Instrumentos	janeiro
	Financeiros	Financeiros.	de 2026
,	i inanceiros	As alterações exigem que todas as	_ue 2020
		empresas utilizem o subtotal do	
_		lucro operacional, tal como definido	
r		na IFRS 18, como ponto de partida	
-		para o método indireto de reporte	
)		dos fluxos de caixa das atividades	
,		operacionais. Adicionalmente, serão	
6	IAS 7	removidas as alternativas de	
-	Demonstração	apresentação dos fluxos de caixa	1° de

2023 Fundo fixo de caixa 4.702 Bancos conta movimento 2.802 Bancos conta movimento - com restrição 908 132.068 Aplicações financeiras 88.141 Circulante(a) 105.911 67.695 Não circulante(b) 29.041 26.067 (a) O saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa apresentaram uma variação positiva relevante no período, principalmente em função da venda de um imóvel, localizado na Rua Tabapuã, nº 540, em São Paulo-SP, no

relativos aos juros e dividendos

pagos e recebidos

de Caixa

ianeiro

de 2027

2024

valor líquido de R\$26.600, anteriormente classificado no grupo de ativos não circulantes mantidos para venda. As aplicações financeiras são com postas por Instrumentos de Renda Fixa, sendo principalmente Fundos de Investimento em Renda Fixa, Aplicações automáticas com liquidez imedia ta, e Certificados de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade destas ope rações está substancialmente atrelada ao CDI. Esses investimentos foram realizados em instituições financeiras de primeira linha, visando garantir liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. A entidade entende que as operações financeiras não expõem a riscos significativos de crédito ou variações substanciais de valor. As aplicações financeiras com liquidez acima de 90 dias no montante de R\$4.553 não são consideradas como equivalentes de caixa e são demonstradas separadas no ativo circulante, em

conformidade com CPC 03 - Demonstração do fluxo o	le caixa.	
	2024	2023
Fundo fixo de caixa	11	11
Bancos conta movimento	2.802	4.702
Bancos conta movimento - com restrição	71	908
Aplicações financeiras - liquidez imediata	98.474	59.515
Total caixa e equivalentes de caixa	101.358	65.136
Letras financeiras	1.521	1.194
Certificado de Depósitos Bancários	3.032	815
Debêntures (Petrobras)		550
Total aplicações financeiras	4.553	2.559
(b) A Entidade mantém no ativo não circulante saldo	de anlicaçã	es finan-

ceiras em renda fixa, substancialmente em títulos de CDB's, pré e pósfixados (indexados ao CDI/IPCA); NTN-B (indexados ao IPCA); e letras financeiras (indexados ao CDI/IPCA); no montante total de R\$23.984 em dezembro de 2024 (R\$ 19.341 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Entidade possui uma aplicação financeira vinculada à operação de crédito junto à Instituição financeira Banco Bradesco no montante de R\$5.057 (R\$6.726 em 31 de dezembro de 2023), vide nota explicativa 13. As aplicações financeiras de longo prazo, com vencimentos a partir de janeiro de 2026 encontram-se apresentadas conforme abaixo:

inono do Edeo oncontram do aprodontadad domonto abaixo.						
·	_2024	2023				
Títulos Públicos (NTN-B)	13.012	12.624				
Certificado de Depósitos Bancários (CDB)	9.031	4.040				
_etras Financeiras	1.941	2.677				
Aplicações Financeiras Vinculadas (Empréstimos)	5.057	6.726				
Total não circulante	29.041	26.067				
5. Bolsa-auxílio a receber e a pagar - estágio:	2024	2023				
Ativo circulante	37.439	20.089				
Passivo circulante	53.208	53.066				
A bolsa-auxílio refere-se ao montante que o CIEE	possui a red	ceber de				

entidade filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não

Saldo final

13. Empréstimos:

Banco

Baixas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

parceiras para estágio e programa aprendiz.

organizações parceiras e com adesão ao Sistema de Pagamento de Bolsa auxílio centralizado. Nesse sistema o valor é inicialmente recebido pelo CIEE, que possui a obrigação de repassar aos estagiários. Dessa forma, os valores que o CIEE possui a receber das organizações parceiras são demonstrados no ativo circulante, em con trapartida dos valores que o CIEE deve repassar aos estagiários, que são apresentados no passivo circulante 6. Contribuição institucional a receber: Refere-se às contribuições destinadas ao CIEE, pelas organizações

2023 Contribuição institucional 64.584 2.892 3.430 Ressarcimento Aprendiz Empregador (-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa(PECLD) (6.847)(7.947)65.952 60.629 2023 2024 28.019 Vencidos de 1 a 30 dias 9.400 17.186 Vencidos de 31 a 60 dias 3.550 5.271 Vencidos de 61 a 90 dias 2.768 2.608 Vencidos de 91 a 180 dias 4.313 4.718 Vencidos de 181 a 360 dias 4.260 5.117 8.331 10.980 67.476 73.899

A Entidade utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa com contribuição institucional a receber. As taxas de perdas são calculadas por meio do uso do método de rola gem com base na probabilidade histórica de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade. Essas taxas de perda foram obtidas com base nos estudos realizados pela Entidade através do mapeamento do histórico das movimentações de inadimplências, ocorridas nos últimos exercícios, que constituem a base para reconhecimento das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), e foram estimadas em 10,15%. Os saldos a receber correspondem basicamente ao faturamento dos servicos prestados, cujo recebimento ocorre principalmente no mês subsequente, bem como à apropriação proporcional da receita pelos serviços prestados até o final do mês de competência e que ainda serão faturados, conforme cláusulas comerciais, em R\$6.071 em 31 de dezembro de 2024 (R\$7.132 em 31 de dezembro de 2023). A seguir apresentamos a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

2023 2024 Em 1° de janeiro (7.947)(5.502)Provisões baixadas durante o exercício como incobráveis Provisão para perdas estimada de contribuições institucionais a receber reconhecida no resultado (1.906)(4.776)(6.847)(7.947)

7. Ativos não circulantes mantidos para venda: Em 31 de dezembro de 2024 não foram registrados ativos no grupo de ativos mantidos para venda (3 (três) em 31 de dezembro de 2023) anteriormente classificados no

	vaior	vaior	Depre-		vaior	valor
	do	do	ciação	Valor de	contábil em	contábil em
<u>lmóvel</u>	imóvel	terreno	Acumulada	Mercado (a)	31/12/2023	31/12/2024
Prédio Comercial - Rua João Gonçalves,						
525 - Guarulhos/SP	3.300	870	(550)	6.390	3.620	_
Prédio Comercial - Rua Cristiano						
Cleopath, 336 - Piracicaba/SP	999	350	(251)	3.710	1.098	_
Prédio Comercial - Rua Tabapuã,						
540 - São Paulo/SP	15.558	2.748	(6.949)	28.300	11.357	
Total	19.857	3.968	(7.750)	38.400	16.075	
Em 15 de julho de 2021, a Administração	da Entid	dade dire	cionou a dec	cisão de seu (Conselho de A	Administração

de alienar edificações que não encontram-se mais inseridas no contexto operacional da Entidade, por ocasião da adoção dos modelos de trabalho híbrido e tele-trabalho inicialmente em decorrência da pandemia COVID-19 e mantidos até o presente momento. A alienação estava prevista para ser concluída até o final do exercício de 2024 e estavam sendo negociadas as condições de venda com o envolvimento de profissionais especializados para que a venda ocorresse dentro do prazo previsto. O imóvel da rua Tabapuã, número 540 foi desocupado totalmente no mês de agosto de 2023. O instrumento particular de compra e venda do imóvel foi assinado entre as partes no dia 12 de dezembro, com preço de venda no valor bruto de R\$28.300, ajustado para o valor líquido de R\$26.600 conforme primeiro termo de aditamento assinado em 15 de abril de 2024. A transação foi finalizada em 30 de abril de 2024. O imóvel da rua João Gonçalves, 525 foi transferido para o grupo de ativos mantidos para investimento, conforme instrumento particular de locação assinado em 10 de junho de 2024 pelo prazo determinado de 10 anos. Em dezembro de 2024 o imóvel da rua Cristiano Cleopath, 336 não mais atende aos critérios de classificação e deixou de ser contabilizado como mantido para venda, sendo reclassificado ao ativo imobilizado, ajustado pela depreciação do período não registrada. 8. Propriedade para Investimentos: Em 31 de dezem bro de 2024 o grupo de investimentos é composto de duas propriedades (terreno e edificação) mantidas pela Entidade para auferir aluquel ou para valorização do imóvel. Em 01 de novembro de 2022 a Entidade realizou a locação do imóvel localizado na avenida Barão Studard, município de Fortaleza/CE, pelo prazo de 48 meses, sendo reclassificado para propriedades para investimentos. Em 10 de junho de 2024 a Entidade realizou a locacão do imóvel localizado na rua João Gonçalves, município de Guarulhos/SP, pelo prazo de 120 meses, sendo reclassificado para propriedade para investimentos. (a) A reclassificação dos ativos encontra-se em conformidade com o CPC 28 - Propriedade para Investimento. (b) Os valores foram atualizados conforme seus respectivos saldos contábeis na data da reclassificação para mantidos para investimentos

3		2024	2023
Loja Comercial - Av. Barão Studart, 2.360 - Fortal	eza	1.514	1.359
Loja Comercial - Rua João Gonçalves, 525 - Gua	rulhos	3.614	_
Total		5.128	1.359
9. Imobilizado:			2024

					Compu-		Obras em	
							andamento e	
	Terre-	Edifi-	Insta-	Móveis e	e peri-	em imóveis	adianta- Veí-	
	nos	cações	lações	utensílios	féricos	de terceiros	mentos (a) culos	Total
Custo			Ť					
Saldo inicial	25.590	102.451	26.288	14.272	22.403	1.577	337 866	193.784
Adições	_	_	196	710	3.557	_	- 767	5.230
Baixas	_	_	(6.313)	(807)	(1.241)	(108)	- (341)	(8.810)
Transferências	_	_	337	_	_	_	(337) –	_
Mantido para venda	350	1.282						1.632
Saldo final	25.940	103.733	20.508	14.175	24.719	1.469		191.836
Depreciação								
Saldo inicial	_	(19.300)	(15.341)	(11.027)	(14.184)	(993)	- (707)	(61.552)
Adições	_	(2.313)	(2.061)	(921)	(2.408)	(165)	- (111)	(7.979)
Baixas	_	_	4.135	904	793	108	- 264	6.204
Transferências	_	_	_	_	-	_		_
Mantido para venda	_	(683)	-	_	-	_		(683)
Saldo final		(22.296)	(13.267)	(11.044)	(15.799)	(1.050)		(64.010)
Líquido	25.940	81.437	7.241	3.131	8.920	419	_ 738	127.826
								2023

					Compu- tadores		Obras em andamento e		
	Terre-	Edifi-	Insta-	Móveis e	e peri-	em imóveis	adianta-	Veí-	
	nos	cações	lações	utensílios	féricos	de terceiros	mentos (a)	culos	Total
Custo									
Saldo inicial	28.338	118.009	26.266	19.802	19.961	3.893	_	866	217.135
Adições	_	_	188	418	6.640	_	381	_	7.627
Baixas	_	_	(166)	(5.948)	(4.198)	(2.316)	(44)	_	(12.672)
Transferências	-	_	` _	` _	· _	` _	` _	_	· -
Mantido para venda	(2.748)	(15.558)	_					_	(18.306)
Saldo final	25.590	102.451	26.288	14.272	22.403	1.577	337	866	193.784
Depreciação									
Saldo inicial	_	(24.124)	(13.148)	(15.089)	(15.949)	(2.689)	_	(615)	(71.614)
Adições	_	(2.125)	(2.356)	(1.162)	(2.320)	(620)	_	(92)	(8.675)
Baixas	_	` _	163	5.224	4.085	2.316	_	` _	11.788
Transferências	_	_	_	_	_	_	_	_	_
Mantido para venda	_	6.949	_	_	_	_	_	_	6.949
Saldo final	_	(19.300)	(15.341)	(11.027)	(14.184)	(993)	_	(707)	(61.552)
Líquido	25.590	83.151	10.947	3.245	8.219	584	337	159	132.232
(a) As adições das	obras en	n andame	ento refer	em-se subs	tancialme	ente a adequa	ações físicas e	m nova	as instala-

ções das unidades de operação do CIEE, de acordo com a estratégia definida pela Administração da Entidade. Terrenos e edificações próprios: Terrenos e edificações com valor contábil de R\$13.203 em 31 de dezembro de 2024 (R\$13.589 em 31 de dezembro de 2023) estão sujeitos à hipoteca de primeiro grau como garantia de um empréstimo bancário da Entidade (Nota 13). 10. Intangível: a) Movimentação do saldo de intangível:

				2027
	Custos com	Custos com		
	desenvolvimento	desenvolvimento	Licenças com	
Custo	- finalizados	- em andamento	vida útil definida	Total
Saldo inicial	78.604	2.141	11.916	92.661
Adições - desenvolvidas internamente	_	3.667	68	3.735
Baixas	_	_	(286)	(286)
Transferências	951	(951)		
Saldo final	79.555	4.857	11.698	96.110
Amortização				
Saldo inicial	(19.707)	_	(10.863)	(30.570)
Adições	(7.132)	_	(715)	(7.847)
Baixas			286	286
Saldo final	(26.839)		(11.292)	(38.131)
Saldo Líquido	52.716	4.857	406	57.979

				2023
	Custos com desenvolvimento dese	Custos com envolvimento - em	Licenças com vida	
	- finalizados	andamento	útil definida	Total
Custo				
Saldo inicial	75.113	1.875	11.656	88.644
Adições - desenvolvidas internamente	171	3.986	260	4.417
Baixas	_	(400)	_	(400)
Transferências	3.320	(3.320)		
Saldo final	78.604	2.141	11.916	92.661
Amortização				
Saldo inicial	(12.660)	_	(9.518)	(22.178)
Adições	(7.047)	_	(1.345)	(8.392)

2.141 Saldo Líquido 58.897 1.053 62.09 Os valores identificados como custos com desenvolvimento em andamento são relativos a projetos ainda não finalizados que se encontram em fase de desenvolvimento. Os intangíveis em desenvolvimento se referem a produção de conteúdos a serem ofertados no programa Jovem Aprendiz CIEE e melhorias nos sistemas Kairós e Omnichannel. Intangível por projeto:

(19.707)

(10.863) (30.570)

	2024	2023
Sistema Kairós	56.409	54.873
Projeto TOTVS	10.174	10.174
Projeto Jovem Aprendiz CIEE	10.468	10.393
Demais projetos	7.360	5.305
Licenças	11.699	11.916
Total	96.110	92.661

A Entidade avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo intangível e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. Revisão do impairment: A Entidade não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo intangível. 11. Operações de arrendamento - direito de uso e passivo de arrendamento: A Entidade possui contratos de aluguéis (arrendamento operacional) para os contratos de Locação de Imóveis, com prazos médios aproximados de 3 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de depreciação desse bem, juntamente com a despesa de juros. Ativo de direito de uso: A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	Saido	Adição e		Saido	Adição e		Saido
	final em	Atualização		final em	Atualização		final em
Ativo - direito de uso	31/12/2022	<u>Monetária</u>	Baixas	31/12/2023	<u>Monetária</u>	Baixas	31/12/2024
Contratos de aluguéis	12.017	4.164	(1.781)	14.400	3.339	(5.906)	11.833
Custo direito de uso	12.017	4.164	(1.781)	14.400	3.339	(5.906)	11.833
Amortização do direito de uso	(7.567)	(3.905)	1.537	(9.935)	(3.784)	5.432	(8.287)
Total direito de uso - ativo	4.450	259	(244)	4.465	(445)	_(474)	3.546
Passivo de arrendamento: Em 3	1 de dezem	bro de 2024 (e 2023,	os passivos	de arrendam	ento me	rcantil estão
domonetrados a coquir:							

	2027	
Passivo de arredamento		
Saldo em 1° de janeiro	4.696	4.761
Adição/atualização monetária	3.339	4.164
Baixas	(481)	(258)
Pagamentos (principal e juros)	(4.100)	(4.299)
Juros incorridos	301	328
Saldo final em 31 de dezembro	3.755	4.696
Circulante	2.615	2.729
Não circulante	1.140	1.967
Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2024	4 e 2023, a E	Intidade pos-

suía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arredamentos operacionais não canceláveis 2024 2023 1.967 Entre 1 e 5 anos 1.140 Mais de 5 anos Total passivo de arrendamento 3.755

2023 Impacto no resultado do exercício (3.784)(3.905)Despesa de amortização - direito de uso Apropriação de juros (301)(328)Saldo final em 31 de dezembro (4.233)(4.085)12. Salários férias e encargos sociais: 2023 18.658 Férias e encargos sociais 16.294 13.999 10.746 Salários a pagar IRRF a recolher 2.081 2.109 FGTS a recolher 1.264 1.199 INSS a recolher 1.332 1.186 37.334 31.534

Capital de giro Bradesco 0,0829% a.m 5.057 2024 2023 Saldo em 1º de janeiro 6.726 9.000 (2.694)(3.099)Pagamentos de principal 1.025 Pagamento de juros 825 Saldo em 31 de dezembro Em 14 de dezembro de 2016 foi contraído junto ao Banco Bradesco S.A., empréstimo no montante de R\$20.000

Tipo Moeda Taxa de Juros Curto prazo Longo prazo Total em 2024 Total em 2023

para aquisição de imóvel em Brasília - DF, com prazo de 10 (dez) anos a ser quitado em 120 parcelas. As taxas de juros contratadas foram de 0,0829% a.m., acrescidas da variação mensal do CDI. O contrato contém cláusulas restritivas (covenants) que obrigam a manter cotas de fundos de investimentos BRAM S/A aplicados como garantia real em montante nunca inferior a 100% do valor do saldo devedor, facultando ao banco considerar automaticamente vencida a operação e tornando exigível a dívida. A decisão de obtenção desse financiamento decorre de uma política cautelosa e conservadora da Entidade, que preferiu manter as suas reservas financeiras aplicadas, consideradas, inclusive, as condições comerciais obtidas

14. Provisão para contingências: Provisão para Depósitos ontingência <u>Judiciais</u> 2024 2023 2024 2023 Contingência Líquido 2024 2023 Reclamações trabalhistas 695 **(394)** (269) **2.822** Ações cíveis 187 562 (81) (215) **106** 347 3.403 1.257 (475) (484) 2.928 773

O CIEE é parte envolvida (polos ativo e passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de nature zas cível, criminal, tributária e trabalhista, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou seguro garantia. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos, se o caso. As contingências trabalhistas consistem em grande parte em reclamatórias individuais de ex-funcionários, ou de ex-estagiários, ou de ex-aprendizes encaminhados a outras organizações pelo CIEE, ou de mão de obra terceirizada, com pleitos relacionados ao objeto de cada reclamatória, tais como, mas não essencialmente esses, férias e reflexos, reconhecimento de vínculo empregatício. As causas com probabilidade de perdas possíveis não são provisionadas no balanço e referem-se a causas envolvendo o montante estimado em R\$9.419 em 31 de dezembro de 2024 (R\$36.023 em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos classificados com o risco de perda possível, referem-se a aos processos administrativos oriundos de autos de infração lavrados em dezembro de 2017 e dezembro de 2020, sobre a suspensão da imunidade tributária referente aos triênios de janeiro de 2012 a dezembro de 2014, bem como de janeiro de 2016 a dezembro de 2018, com valor dos impostos calculados neste período no montante de R\$880.758 (equivalente ao auto de infração nº 19515.721246/2017-01 no valor de R\$353.653 e do auto de infração nº 15746.720833/2020-04 no valor de R\$527.105). Os autos de infração foram lavrados pela Receita Federal do Brasil em decorrência do entendimento administrativo da eventual inobservância ao disposto no artigo 14 do Código Tributário Nacional e demais normas tributárias pertinentes à matéria. Os autos de infração foram lavrados no final dos exercícios de 2017 e 2020 e a Entidade já apresentou as impugnações e os recursos administrativos cabíveis, aguardando, agora, o julgamento desses recursos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Entidade e seus advogados aguardam a evolução dos processos administrativos, considerando a apresentação de argumentos e documentos que provam ter a Entidade o direito ao reconhecimento da imunidade tributária. Os processos administrativos estão classificados como perda possível pelo escritório que patrocina a causa. As movimentações das contingências e dos depósitos judiciais da Entidade estão demonstradas a seguir

		Depósitos judiciais		visão para ntingência
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1° de janeiro	484	462	1.257	2.297
Adições	155	1.030	8.751	1.017
Baixas por pagamento	(155)	(933)	(6.011)	(383)
Baixas por reversão ou resgate	(9)	(75)	(594)	(1.674)
Saldo em 31 de dezembro	475	484	3.403	1.257
Os depósitos judiciais referem-se a garantias judiciais de p	rocessos em	andamento,	que incluem	também os

Docusign Envelope ID: F4E66B04-CF5E-44F1-B1B3-50C4378403FB - ÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE - CNPJ nº 61.600.839/0001-55 Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais) → continuação 2024 Os gastos com os programas mencionados acima, por tipo de despesa, estão demonstrados a seguir 15. Partes relacionadas: CIEE Programa Programa de Ações de Serviço de CIEE MG CIEE PR CIEE PE CIEE RJ CIEE RS CIEE ES nacional CIEE SC Total jovem Formação Apoio e Inte- Convivência e Ativo circulante gração ao aprendiz Técnico-Fortale-Contas a receber (*) 603 3.100 100 -3.807CIEE - Socio-Profissional Programa Mundo do cimento Passivo circulante aprendizagem Descrição Metódica de Estágio Trabalho de Vínculos Contas a pagar 48 125 Pessoal (91.487)(5.493)(47.089)(1.320)(1.878)(147.267) Demonstração do resultado Serviços Especializados Outras receitas opera-(1.287)(8.177)(958)(672)(16.286) Contratados (5.192)cionais - taxa Despesas com - 4.035 administrativa (nota 18) 4.030 Manutenção de Sedes (7.472)(266)(1.144)(14)(158)(9.054)Despesas gerais e admi Comunicação e Divulgação (339)(144)(84)(1.020)nistrativas - taxa (199)Serviços públicos (1.905)(1.807)(32)(224)(4.167)administrativa (**) (1) (721)(7)(1) (711)(1) Concessão de lanches/ 2023 (19)uniformes - Aprendizes (575)(594)CIEE (517) Depreciação e Amortização (4.686)(444)(4.848)(526)(11.021)CIEE MG CIEE PR CIEE PE CIEE RJ CIEE RS CIEE ES nacional CIEE SC Total (34)(62) Material de Consumo (655)(344) (15)(1.111)Ativo circulante Seguros de Estagiários (631) Contas a recebe 306 10 319 Outras despesas Passivo circulante (1.198)(4.209)(125)(2.872)(172)(8.576)operacionais Contas a pagar 86 163 (4.793) (199.726) Total por Programa (116.618)(7.883)(67.251)(3.181)Demonstração do resultado Outras receitas opera Serviço de Programa Programa de Ações de cionais - taxa Apoio e Inte- Convivência e jovem administrativa (nota 18) 3 812 3.816 gração ao aprendiz Técnico-Fortale-Despesas gerais e CIEE - Socio-Profissional Programa Mundo do cimento administrativas - taxa Descrição aprendizagem Metódica de Estágio <u>Trabalho</u> de Vínculos administrativa (* (401)(786)(862)(1) (2.053) (2.178)(2.031) (148.221) (113.657 (1.605)(28.750)(*) O valor de R\$ 3.100 refere-se ao termo de acordo firmado entre o CIEE/SP e o CIEE/ES em 04 de junho de Pessoal Servicos Especializados 2024 para o restabelecimento da sustentabilidade e manutenção das atividades do CIEE/ES. (**) Refere-se a Contratados (15.457)(2.151)(8.704)(680)(793)(27.785)repasses envolvendo convênios nacionais, firmados com empresas privadas e órgãos públicos, os quais são Despesas com administrados pelos CIFF's Estaduais Autônomos responsáveis pelo acompanhamento administrativo e financei-Manutenção de Sedes (6.175)(863)(697)(2) (109)(7.846)ro do convênio. 16. Plano de benefícios pós-emprego: O plano de assistência médica é estruturado nas moda Comunicação e Divulgação (104)(43)(789)lidades de benefício vitalício e benefício temporário, determinado anualmente em razão de cálculo atuarial prece dido por atuário independente. Em 31 de dezembro de 2024, o valor provisionado é de R\$6.406 (R\$7.658 em 31 Serviços públicos (4.457)(623)(1.545)(121)(253)(6.999)Concessão de lanches/ de dezembro de 2023). A posição atuarial do findo em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte: uniformes - Aprendizes 2024 2023 Depreciação e Amortização (5.279)(738)(1.880)(331)(590)(8.818)Valor presente das obrigações atuariais 7.658 4.657 (65) (84) Material de Consumo (604)(242) (1.018)(23)Ganhos/(Perdas) atuariais 3.001 (1.252)Seguros de Estagiários (623)Passivo não circulante 6.406 Outras despesas A movimentação na obrigação da assistência médica é como segue: (746)(1.528)(219)(1.085)(8.919)(5.341)operacionais 2024 2023 Total por Programa (152.324)(6.914)(43.780)(3.641)(4.969) (211.628) Saldo em 1º de janeiro 7.658 4.657 As despesas gerais e administrativas, por tipo de despesa, estão demonstradas a seguir Custo do serviço prestado 20 11 2024 Custo financeiro 742 548 Ações de Programa Programa de Ganhos)/perdas atuariais (1.811)2.442 jovem Servico de Formação Apoio e Inte-Benefícios pagos no ano (203)aprendiz Técnicogração ao Convivência e Saldo em 31 de dezembro 7.658 6.406 Mundo do Fortalecimento CIEE - Socio-Profissional Programa Em 31 de dezembro de 2024 os valores de custo de juros e perdas atuariais reconhecidos no patrimônio líquido aprendizagem Descrição Metódica de Estágio Trabalho Total de Vínculos relacionado à assistência médica foram de R\$1.252 (ganho) e R\$3.001 (perda) em 31 de dezembro de 2023. Para (43.830) Pessoal (26.263)(1.705)(15.073)(316)(473)determinação dos passivos e custos com benefícios pós-emprego, relativamente ao plano de assistência médica, Serviços Especializados foi adotado o método atuarial do Crédito Unitário Projetado, sob as seguintes premissas e hipóteses técnicas Contratados (21.179)(1.375)(12.155)(254)(382)(35.345)Taxas de desconto definidas para determinar as obrigações Tábua de mortalidade 2024 2023 AT-83 Despesas com AT-83 Manutenção de Sedes (1.598)(104)(918)5,53% Taxa de desconto 7,44% Comunicação e Divulgação (1.830)(119)(1.050)(22)(33)(3.054)Evolução real de custos médicos (a.a.) 3.00% 3.02% (42)(2.337)(1.341)(3.900)Taxa de rotatividade (estimada pelo CIEE) Serviços públicos (152)(28)24,00% 16,08% Concessão de lanches Taxa de adesão de aposentados 100% 100% uniformes - Aprendizes Foi analisado o crescimento do subsídio pago pelo CIEE, comparando os custos atuais de saúde com aqueles à (2.954)(334)(62)(93)Depreciação e Amortização (5.146)(8.589)época da aposentadoria de seus colaboradores. A diferença entre o prêmio cobrado e os preços praticados pela Material de Consumo (28)(248)(8) (722)(5)própria operadora de saúde para a faixa etária acima de 59 anos de idade é o chamado aging factor. 17. Patri-Seguros de Estagiários mônio líquido: Representa o patrimônio social do CIEE, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais do CIEE, conforme divulgado (81) (122)Outras despesas operacionais (6.774)(440)(3.887)(11.304)Total por Programa (65.560)(4.257)(37.626)(787)(1.182) (109.412) na Nota 1. (a) Destinação do superávit: conforme a legislação aplicável e estatuto social, o CIEE deve aplicar in tegralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qual-quer parcela de seu patrimônio ou de seus resultados. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente in-Programa Programa de Ações de jovem Apoio e Inte-Formação Serviço de corporado ao patrimônio social. (b) Ajuste de avaliação patrimonial: inclui o ajuste por adoção do custo atribuído gração ao aprendiz Técnico-Convivência e do ativo imobilizado (terrenos e edificações) na data de transição para adoção das normas contábeis. Os valores Programa CIEE - Socio-Profissional Mundo do Fortalecimento registrados nessa conta são transferidos para superávits acumulados parcialmente, quando da depreciação ou baixa dos ativos a que elas se referem. O montante registrado a título de ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$10.366 (R\$543 em 31 de dezembro de 2023). O aumento no ajuste registrado no exercício ocorreu devido à realização da baixa em decorrência da venda do imóvel situado na rua Tabapuã, nú-Descrição aprendizagem Metódica de Estágio Trabalho de Vínculos Total (21.532)(1.922)(1.922) (38.448) Pessoal Serviços Especializados (1.102)(1.102) (22.045) Contratados (12.346)(220)(7.275)mero 540, finalizada no mês de abril. De acordo com o estatuto Social da Entidade em caso de dissolução ou Despesas com extinção, só poderá ser deliberada por Assembleia geral extraordinária especialmente convocada para esse fim, que decidirá, inclusive sobre o destino do seu patrimônio. <u>Remuneração da administração:</u> De acordo com o Es-Manutenção de Sedes (1.398)(25)(824)(125)(125)(2.497)Comunicação e Divulgação (2.004)(36)(1.181)(179)(179)(3.579)tatuto Social da Entidade, o Conselho de Administração não é remunerado. A remuneração paga ao pessoal-Serviços públicos (673)(12)(396)(60)(60)(1.201)chave da Administração por serviços prestados em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$5.221 (R\$5.608 em 31 de Concessão de lanches/ dezembro de 2023). 18. Receitas operacionais - receita das atividades: 2024 2023 Contribuição institucional - atividade aprendiz Contribuição institucional - atividade estágio uniformes - Aprendizes 212.457 191.240 Depreciação e Amortização (6.805)(122)(4.010)(608)(608) (12.153) 108.674 104.730 (41) Material de Consumo (459)(41)(8) (271)(820)Outras receitas com partes relacionadas 4.035 3.816 Seguros de Estagiários 19.793 Outras receitas operacionais 9.315 Outras despesas operacionais (3.840)(69)(2.263)(343)(343)(6.858)(17.744)Cancelamento/descontos - cobrancas (20.609)Total por Programa (49.057)(876)(28.908)(4.380)(4.380) (87.601) 324.350 291.357 20. Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal: Certificados, imunidades e isenções: O CIEF 19. Custos e despesas operacionais - assistência social: O CIEE presta atendimento gratuito aos seus usuá possui imunidade de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados, com base no artigo 150 da Consrios de forma continuada, permanente e planejada. Oferece oportunidades para a construção da autonomia pessoal e social de seus usuários pela promoção do protagonismo, garantindo a defesa e a efetivação dos direitos tituição Federal. Destacamos também o seguinte: Contribuição Patronal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - o CIEE, pessoa jurídica constituída sob forma de associação filantrópica de direito privado, sem fins lusocioassistenciais. Igualmente, atua no enfrentamento das desigualdades, ajudando-os a participar de forma crativos e de fins não econômicos, reconhecida como beneficente de assistência social, é detentora do Certificaativa na sociedade, em sintonia com a Constituição Federal. Para isso são oferecidos os seguintes serviços do de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS. O CIEE possui certificação válida, uma vez que reaprogramas, projetos e ações: (1) Programa Jovem Aprendiz CIEE - Socioaprendizagem: atende, prioritariamente, lizou protocolo tempestivo de processo de renovação sob o nº 308796.1081530/2024, junto ao Ministério do adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e sem experiência ou qualificação profissional. Por Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, em 13/11/2024. O processo anterior foi meio de ações de proteção social básica, que promovem a prevenção de situações de risco social e pessoal, a promoção do protagonismo e cidadania e da autonomia dos usuários, além da mediação do acesso ao mundo do deferido para o período de 01/01/2021 até 31/12/2024 e publicado no D.O.U em 25/05/2022. A regularidade da certificação da entidade até o julgamento do processo de renovação tempestivamente protocolado, nos termos trabalho. As atividades do programa são desenvolvidas em encontros presenciais, no CIEE como entidade capado art. 37, § 2° da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021 poderá ser confirmada mediante citadora, e atividades práticas, nas dependências das unidades concedentes de aprendizagem, e possibilita a consulta da tramitação processual na página do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e formação técnica, o desenvolvimento de atividades, habilidades e competências para o mundo do trabalho, pro-Combate à Fome - MDS, no seguinte endereço: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia picia a sociabilidade, o pertencimento social, a convivência e o fortalecimento de vínculos comunitários e familia social/entidades-de-assistencia-social/certificacao-de-entidades-beneficentes-de-assistencia-social-cebas res dos usuários, por meio de ações que envolvem suas famílias, contribuindo para a construção de valores, que incidem no seu desenvolvimento integral e de forma articulada com a rede socioassistencial e intersetorial. (2) O CIEE passou por fiscalização tributária referente aos exercícios fiscais de 2012 a 2014 e 2016 a 2018 para verificação de cumprimento dos requisitos necessários à manutenção de sua imunidade tributária, dispostos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV: atende adolescentes de 15 a 17 anos, em situação artigo 14 do Código Tributário Nacional. No entendimento da autoridade fiscal, foram descumpridos requisitos de vulnerabilidade e/ou risco social, identificados em situação de trabalho e/ou submetidos a outras violações de legais. Por esse motivo, foram lavrados autos de infração para constituição dos créditos tributários relativos às direitos e com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. Por meio de ações de protecontribuições previdenciárias e demais tributos relacionados. O CIEE entende que as referidas cobranças admição social básica que promovem a prevenção de situações de risco social e pessoal, o desenvolvimento de suas nistrativas são indevidas, razão pela qual apresentou tempestivamente as defesas e recursos cabíveis, em cada potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, um dos processos administrativos. Atualmente, o CIEE aquarda o julgamento dos recursos apresentados no mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As atividades são desenvolvidas nos Espaços de âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), de forma que os créditos tributários decorren-Cidadania CIEE e fora do espaço institucional, a partir de vivências que valorizam, estimulam e potencializam a tes permanecem com exigibilidade suspensa. Imunidades previdenciárias usufruídas: Para atender aos requisitos condição de escolher e decidir, experiências culturais, artísticas e de lazer, iniciativas que harmonizam conhecida legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às imunidades previdenciárias gozadas. Esses valores anuais equivalem à imunidade usufruída - INSS. mento e desenvolvimento de capacidades para a vida profissional e o acesso ao mundo do trabalho e atividades que contribuem para a expressão, interação, aprendizagem e sociabilidade, de modo a prevenir o isolamento e Imunidade usufruída <u>Alíquotas</u> 2024 2023 situações de violação de direitos e também torne mais fortes suas relações no âmbito da família, da comunidade Contribuição Social - Cota Patronal 39.360 37.788 20% e dos ambientes de representação de seus interesses. (3) Ações de Apoio e Integração ao Mundo do Trabalho: Contribuição Social - Autônomos 20% atende adolescentes, jovens e adultos mobilizados de forma articulada com a rede socioassistencial e interseto-Contribuição Social - Terceiros 5,8% 11.415 10.958 rial e usuários de outros serviços, programas, projetos e ações do CIEE, considerando suas vulnerabilidades. Por Contribuição Social - SAT 1.969 1.889 meio de ações que promovem a participação, o protagonismo e a inclusão cidadã, proporciona debates, ressig-Contribuição Social - COFINS 9.154 8.328 nificações e novos conhecimentos relacionados ao mundo do trabalho, contribui para troca de vivências, experi-61.900 58.972 ências e saberes, fomenta a liberdade de expressão e criação, estimula a percepção crítica, incentiva o protago Renúncia fiscal: Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, o nismo juvenil; estimula a percepção crítica, contribui com o aumento da autoestima, fortalece os princípios de CIEE apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de desolidariedade; amplia os conhecimentos referentes a direitos, deveres e participação social, propicia reflexões sobre a diversidade cultural e preconceitos, e desperta o interesse na construção de um projeto de vida, contribui

zembro de 2024 e 2023: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; • ISSpara a qualificação profissional, incentiva a elevação da escolaridade e participação em cursos extracurriculares QN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza); e • PIS (Programa de Integração Social) - contribuição de e serviços públicos. Ações não tipificadas: (1) Programa de Estágio: atende adolescentes, jovens e adultos, nos 1% incidente sobre o montante de folha de pagamento. IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido): Em virtude de ser uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, da integração ao mundo do trabalho, contribuindo para o fortalecimento da cidadania. (2) Programa de Formação esta goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social): A Medida Provisória nº 2.158-35, em seu artigo 14, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532 de 1997, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à COFINS as receitas que não apresentam essas características. A Administração do CIEE entende que todas as suas receitas, incluindo as outras receitas operacionais e as receitas financeiras, decorrem de suas atividades próprias e, portanto, não estão sujeitas à referida contribuição. ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza): O CIEE possui unidades de operação em diversas loca-

2023

318.750

130.483

100.113

13.991

564.236

899

283.854

68.786

101.822

20.829

476.186

895

termos da Lei nº 11.788/08. Promove a efetivação de direitos e ampliação do acesso à proteção social, por meio

nº 3.544/2023 e do art. 430 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Prevê a execução de atividades teóricas

(presencial e/ou à distância) e práticas, sob a orientação pedagógica e formação técnico-profissional metódica,

proporciona conhecimentos e habilidades com potencial de aplicação no mercado de trabalho e contribui para a

qualificação profissional e empregabilidade. A quantidade de atendimentos dos serviços mencionados acima está

demonstrada a seguir:

Programa de estágio

Ações de apoio e integração ao mundo do trabalho

Programa jovem aprendiz CIEE - Socioaprendizagem

Programa de formação técnico-profissional metódica

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

-Profissional Metódica: atende jovens, nos termos da portaria do Ministério do Trabalho e Emprego

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

lidades do território nacional. Para cada unidade, o CIEE ingressa com solicitação de imunidade junto à prefeitura local, que pode ser concedida por prazo indeterminado ou com prazo determinado. O CIEE, baseado na opinião de seus consultores jurídicos internos e em sua experiência anterior em processos semelhantes, não efetuou nenhum tipo de provisão de ISSQN em função de não esperar nenhum tipo de perda na resolução desses processos de solicitação de imunidade. PIS (Programa de Integração Social): Desde de julho de 2016 a Entidade conta com decisão declaratória judicial que reconhece a imunidade tributária quanto a não obrigatoriedade de recolhimento do PIS sobre folha de salários à alíquota de 1%. 21. Instrumentos financeiros: A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. 21.1. Classificação dos instrumentos financeiros: Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resulta-do, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de

LOL TOGO CIGOOTTIC GO	rooornaaoc	, no quadre	a oogan.
	2024	2023	Classificação
Ativos			•
Fundo fixo e bancos			
conta movimento	2.884	5.621	Custo amortizado Valor justo por
Aplicações financeiras	132.068	88.141	meio de resultado
Bolsa auxílio e contribuição			
a receber	98.068	86.041	Custo amortizado
Outras contas a receber	3.995	9.892	Custo amortizado
Passivos			
Fornecedores	(5.948)	(4.380)	Custo amortizado
Bolsa auxílio a pagar	(53.208)	(53.066)	Custo amortizado
Outras contas a pagar	(6.024)	(6.085)	Custo amortizado
Empréstimos	(5.057)	(6.726)	
Total	166.778	119.438	
21.2 Valor justo: Não ovistom	diforonose	ontro valor	ros do morcado o os

valores registrados na contabilidade. 21.2.1. Instrumentos financeiros derivativos: A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial. 21.2.2. Instrumentos financeiros "não derivativos": Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 48 -Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, estabelece que a Entidade deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: (a) No modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos fi-

nanceiros; e (b) Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de financeiro. No reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar o ativo financeiro ou o passivo financeiro ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro 21.3. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento. A Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas ope rações em instituições financeiras de primeira linha. Existe a possibilidade de a Entidade sofrer perdas oriundas da inadimplência de seus clientes e das instituições financeiras nas quais mantém recursos financeiros aplicados. Esse risco é administrado por procedimentos específicos de análise de crédito, com base na situação financeira de seus clientes, estabelecendo limites de créditos e efetuando acompanhamento periódico das posições

		valor	COIILADII	
Em milhares de Reais	Nota	2024	2023	
Caixa e equivalentes de caixa	4	101.358	65.136	
Bolsa-auxílio a receber - estágio	5	37.439	20.089	
Contribuição institucional a receber	6	60.629	65.952	
Contas receber - partes relacionadas	15	3.807	319	
Adiantamentos diversos		2.121	1.972	
Outras contas a receber		3.995	9.892	
Aplicações financeiras	4	33.594	28.626	
		242.943	191.986	
		242.343	131.300	

21.4. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa (69% da carteira), indexados ao CDI. Outra parte das aplicações (que representam 28%), são relativas a Títulos de Renda Fixa (CDBs e NTN-B/Títulos do Tesouro Nacional). Adicionalmente, cerca de 2% da carteira está alocado em Letra Financeira e Debêntures de primeira linha. Cerca de 70% das aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus. Todas as aplicações financeiras estão contratadas com bancos e corretoras de primeira linha, e sempre respeitando a Política de Aplicações Financeiras estabelecidas em 2023. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo

)	31 de dezembro de 2024		Fluxo	de caix	a conti	ratual
O		Valor	2 meses	02-12	1-2	2-10
-	Em milhares de Reais	Contábil	ou menos	meses	anos	anos
).	Fornecedores	5.948	5.836	112	_	-
a	Salários, férias e					
Э	encargos sociais	37.334	37.334	_	_	-
-	Bolsa-auxílio a pagar - estágio	53.208	53.208	_	_	-
Э	Contas a pagar -					
Э	partes relacionadas	125	125	_	_	-
-	Outras contas a pagar	6.024	2.787	509	436	2.292
Э	Empréstimos	5.057	419	2.093	2.000	545
Э	Passivo de arrendamento	3.755			1.074	66
-		111.451	100.145	4.893	3.510	2.903
Э	31 de dezembro de 2023			de caix	a conti	ratual
_	31 de dezembro de 2023	Valor	2 meses	02-12	1-2	2-10
0	Em milhares de Reais	Contábil		02-12 meses	1-2	2-10
0	Em milhares de Reais Fornecedores		2 meses	02-12	1-2	2-10
0	Em milhares de Reais	Contábil 4.380	2 meses ou menos 3.563	02-12 meses	1-2	2-10
0	Em milhares de Reais Fornecedores Salários, férias e encargos sociais	2000 4.380 4.384	2 meses ou menos 3.563 31.534	02-12 meses	1-2	2-10
0	Em milhares de Reais Fornecedores Salários, férias e encargos sociais Bolsa-auxílio a pagar - estágio	Contábil 4.380	2 meses ou menos 3.563 31.534	02-12 meses	1-2	2-10
0	Em milhares de Reais Fornecedores Salários, férias e encargos sociais	2000 4.380 4.384	2 meses ou menos 3.563 31.534	02-12 meses	1-2	2-10
0	Em milhares de Reais Fornecedores Salários, férias e encargos sociais Bolsa-auxílio a pagar - estágio	2000 4.380 4.384	2 meses ou menos 3.563 31.534 53.066	02-12 <u>meses</u> 817	1-2	2-10
9 0 5	Em milhares de Reais Fornecedores Salários, férias e encargos sociais Bolsa-auxílio a pagar - estágio Contas a pagar - partes relacionadas Outras contas a pagar	Contábil 4.380 31.534 53.066 163 6.085	2 meses ou menos 3.563 31.534 53.066 163 2.695	02-12 meses 817 - - 483	1-2 anos - - - - 892	2-10 anos - - - - - 2.015
0	Em milhares de Reais Fornecedores Salários, férias e encargos sociais Bolsa-auxílio a pagar - estágio Contas a pagar - partes relacionadas	Contábil 4.380 31.534 53.066	2 meses ou menos 3.563 31.534 53.066 163 2.695	02-12 meses 817 - - 483	1-2 anos - - -	2-10 anos - - - - - 2.015
0	Em milhares de Reais Fornecedores Salários, férias e encargos sociais Bolsa-auxílio a pagar - estágio Contas a pagar - partes relacionadas Outras contas a pagar	Contábil 4.380 31.534 53.066 163 6.085 6.726 4.696	2 meses ou menos 3.563 31.534 53.066 163 2.695 333 455	02-12 meses 817 - - 483 1.667 2.274	1-2 anos - - - 892 2.000 1.070	2-10 anos - - - 2.015 2.726 897
)	Em milhares de Reais Fornecedores Salários, férias e encargos sociais Bolsa-auxílio a pagar - estágio Contas a pagar - partes relacionadas Outras contas a pagar Empréstimos	Contábil 4.380 31.534 53.066 163 6.085 6.726	2 meses ou menos 3.563 31.534 53.066 163 2.695 333	02-12 meses 817 - - 483 1.667 2.274	1-2 anos - - - - 892 2.000	2-10 anos - - - 2.015 2.726 897

Risco de mercado: As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos. A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados 22. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$9.740 (R\$8.520 em 31 de dezembro de 2023) para danos materiais, R\$101.550 (R\$131.912 em 31 de dezembro de 2023) para bens do imobilizado, R\$165.000 (R\$160.000 em 31 de dezembro de 2023) para responsabilidade civil e R\$5.000(R\$5.000 em 31 de dezembro de 2023) para segurança cibernética e proteção de dados. O contrato de seguro cibernético visa resguardar o CIEE contra incidentes, riscos e ataques cibernéticos, tendo sido firmado em 2021, com pleno atendimento à LGPD. A apólice contempla proteção aos sistemas tecnológicos e a quebra de confidencialidade de dados, com proteção aos direitos de privacidade. 23. Avais, fianças e garantias: Além das garantias divulgadas em nota explicativa nº 13 - Empréstimos, a Entidade não prestou outras garantias ou participou de outras transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2024 e 2023.

A Direção

Conselho Fiscal

A Direção

Conselho de Administração Mandato: 31/12/2026

Presidente: José Augusto Minarelli Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade

Vice-Presidente

Antônio Garbelini Júnior Tácito Barbosa Coelho Monteiro Filho

Rogério Pinto Coelho Amato

Titulares

Lucy Pamboukdijian Costa (Coordenador) Ricardo Tadeu Martins

Suplentes

Elise da Silva Romeu Rosana Passos de Pádua Paulo Sergio Strini Barbosa

Jorgete Leite Lemos Ricardo Mario Lamenza Alzogaray

Conselheiros:

Contador Airton Luiz Sobreira Nogueira - CRC 1SP200348/O-0

Conselho Consultivo

Conselheiros

Adelmo da Silva Emerenciano Coordenadora - Alciomara Kukla Alexandre Augusto de Carvalho Garrett

Americo Mattai Eduardo Augusto Rocha Pocetti Gabriela Augusto Gaudêncio Torquato José Luiz Farina

Leonardo Sica Liz Coli Cabral Noqueira Maria Virgínia Soares Cavalieri Mônika Carneiro Meira Bergamaschi Nelson Azevedo Renata Aparecida Ferreira

Robert John Van Dijk Rodrigo Galvão Samantha Mazzero Theunis Geraldo Baronto Marinho Victoria Christina Bloch

> Vital Jorge Lopes Wander Soares

Gestão Executiva

Airton Luiz Sobreira Nogueira - Contador - CRC 1SP-200348/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Os Membros do Conselho Fiscal do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, cumprindo determinações legais e o que dispõe o inciso 1 do artigo 41 do estatuto da Entidade, examinaram as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, constituídas de Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstrações do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Com base no exame dos documentos acima referidos e o Relatório dos Auditores - Ernst & Young Auditores Independentes S.S. - são de opinião que as mencionadas Demonstrações, complementadas pelas "NOTAS EXPLICATIVAS", espelham a situação patrimonial e financeira da Entidade e atendem às disposições estatutárias". Esse Conselho ressalta a necessidade de que a Administração observe com máxima atenção o tema contido na Nota de Enfase, destacada pelos auditores independentes, bem como reavalle as práticas junto aos seus consultores legais para que haja permanente cumprimento da legislação tributária e a não criação de contingências futuras para a Entidade, modificando, se assim entender, o seu regime de tributação. São Paulo, 19 de março de 2025.

Ricardo Tadeu Martins

Coordenador e Membro Titular

Lucy Pamboukdjian Costa Membro Titulai

Tomaz Lopes Filho

Membro Titular

Elise da Silva Romeu Membro Suplente

Rosana Passos de Pádua

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

- CIEE - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na secão a seguir. intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa n° 14, a Entidade foi autuada em processos administrativos relativo à suspensão da imunidade tributária, com alegação de que a Entidade teria gozado da imunidade tributária sem a observância dos preceitos da lei, nos exercícios de 2012 a 2014 e de 2016 a 2018, tendo sido aplicados autos de infração no montan te de R\$ 880.758 mil, equivalente aos processos nº 19515.721246/2017-01 no valor de R\$353.653 mil e nº 15746.720833/2020-04 no valor de R\$ 527.105 mil. Os autos de infração foram lavrados no final dos exercícios de 2017 e 2020 e a Entidade já apresentou recurso voluntário, que foi julgado de forma desfavorável para a CIEE, salvo para reduzir a multa qualificada de 150% para 75%. Por conseguinte, em relação ao Processo Administrativo Fiscal nº 19515.721246/2017-01, em 06/12/2024 o CIEE interpôs Recurso Especial, que ainda está pendente de julgamento. No que tange ao Processo Administrativo Fiscal nº 15746.720.833/2020-04, aguarda-se a formalização e intimação do Acórdão para análise de eventual oposição de Embargos de Declaração pela Companhia. De todo modo, existem argumentos de mérito com cunho probatório indicados em ambos os processos, e que poderão, ainda, ser discutidos em âmbito judicial. Vale longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

nar de nulidade - o limite de 20 salários-mínimos para fins de recolhimento das contribuições destinadas ao Senai. Sesi, Sesc e Senac - foi julgado de forma desfavorável, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o tema 1074, porém, ainda, sem decisão definitiva. Neste sentido, a Entidade aguarda a evolução dos processos, de modo que neste momento nenhuma provisão que possa resultar em eventuais perdas para a Entidade foi reconhecida nas demonstrações financeiras, pois os advogados responsáveis da Companhia entendem tratar-se de perda possível. Essa questão poderá ser discutida, ainda, repita-se, na esfera judicial, caso não reconhecida a matéria de defesa na esfera administrativa. Nossa opinião não contém res salva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável ela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando. individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma pers pectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao

Membro Suplente Aos Diretores e Conselheiros do Centro de Integração Empresa-Escola mencionar, que um dos argumentos subsidiários, suscitados como prelimidistorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgacões forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 26 de março de 2025



ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O **Emanuel Menezes Couto** Contador - CRC SP-328006/O

